



Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO N.º 4/GGLC/2020

**“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PARA A LOJA DO CIDADÃO DA
MADEIRA”**

CADERNO DE ENCARGOS

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

Parte I

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência o procedimento pré-contratual por ajuste direto que tem por objeto principal a **“aquisição de serviços de Vigilância e Segurança para a Loja Do Cidadão Da Madeira”**, constituída por um piso único, sito na Avenida Arriaga, n.º 42 – A, 9000 – 064 Funchal e o transporte de documentos, diariamente e sempre que necessário, entre a Loja do Cidadão da Madeira e o Posto de Atendimento do Porto Santo e vice-versa e entre aquela e os Postos de Atendimento ao Cidadão ou Postos de Informação ao Cidadão que venham a ser criados na Ilha da Madeira

2. O contrato está classificado com o código de Vocabulário Comum para os Contractos Públicos (CPV) 79710000-4 Serviços de segurança, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. Faz parte integrante do contrato, quando este for reduzido a escrito, um clausulado que deve conter os seguintes elementos:

- a) A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como do título a que intervêm, com indicação dos atos que os habilitem para esse efeito;
- b) A indicação do ato de adjudicação e do ato de aprovação da minuta do contrato;
- c) A descrição do objeto do contrato;
- d) O preço contratual ou o preço a receber pela entidade adjudicante ou, na impossibilidade do seu cálculo, os elementos necessários à sua determinação;
- e) O prazo de execução das principais prestações objeto do contrato;

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

- f) Os ajustamentos aceites pelo adjudicatário;
 - g) A referência à caução prestada pelo adjudicatário;
 - h) Se for o caso, a classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao contrato, a realizar no ano económico da celebração do mesmo ou, no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o contrato em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição de despesa;
 - i) A identificação do gestor do contrato em nome da entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º-A;
 - j) As eventuais condições de modificação do contrato expressamente previstas no caderno de encargos, incluindo cláusulas de revisão ou opção, claras, precisas e inequívocas.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

Cláusula 3.ª

Duração do contrato

O contrato vigorará entre o dia 1 de outubro de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (3 meses).

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

Cláusula 4.ª

Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante deve pagar o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a **€ 17.161,71** (dezassete mil cento e sessenta e um euros e setenta e um cêntimos euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, que corresponde ao parâmetro base do preço, isto é, ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, nos termos do disposto no artigo 47.º n.º 1 alínea a) do CCP.

3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos e despesas relativos à prestação do serviço, nomeadamente, custos com os meios materiais e humanos necessários à realização do serviço.

Cláusula 6.ª

Revisão de preços

Durante a vigência do contrato, não há lugar a revisão de preços.

Cláusula 7.ª

Envio de faturas

O adjudicatário envia no final de cada mês a fatura referente ao mesmo, acompanhada de relatório mensal do serviço prestado.

Cláusula 8.ª

Condições de pagamento

1. O pagamento das faturas respeitantes à prestação de serviços, será efetuado num prazo não superior a 60 dias após a sua receção.

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

2 Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3. Não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.

4. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura são pagas através de transferência bancária.

5. O pagamento que ocorra em data posterior à estabelecida no n.º 1 da presente cláusula, determina o pagamento de juros moratórios pelo atraso no cumprimento da obrigação pecuniária.

Cláusula 9.ª

Proteção de mão-de-obra

1. O adjudicatário fica responsável pelo cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nos termos da legislação aplicável.

2. O adjudicatário obriga-se a efetuar seguro do seu pessoal em conformidade com o disposto nas cláusulas seguintes:

2.1. As apólices de seguro cobrirão acidentes de trabalho, doenças profissionais e responsabilidade civil, mantendo-se atualizadas até ao final do contrato, ou ainda, no caso de rescisão no decurso do prazo, até 30 dias após a respetiva comunicação.

2.2. Todos os encargos referentes aos seguros impostos pelo presente caderno de encargos são da inteira responsabilidade do adjudicatário.

2.3. O adjudicatário fica responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais legalmente fixados.

Cláusula 10.ª

Informação e sigilo

1. O prestador de serviços deve prestar à entidade adjudicante todas as informações que esta lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo, de igual

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

forma, a entidade adjudicante satisfazer os pedidos de informação formulados pelo prestador de serviços e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

2. A entidade adjudicante e o prestador de serviços guardam sigilo durante dois anos sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

Cláusula 11.^a

Caução

De acordo com o n.º 2 do artigo 88.º do CCP, pode não ser exigida caução quando o preço for inferior a € 200.000,00. No presente procedimento não será solicitada caução, nem se irá proceder à retenção dos pagamentos.

Cláusula 12.^a

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, quer sob a forma de mora, não cumprimento definitivo ou cumprimento defeituoso do contrato, o Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento sob a forma de mora das horas e prazos de realização dos serviços e fornecimento objeto do contrato, até ao valor máximo de 5% do preço contratual, nos termos do artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP

b) Pelo cumprimento defeituoso dos serviços, nos termos, requisitos e especificações técnicas fixados no Caderno de Encargos, cuja deficiência não seja eliminada no prazo de 10 dias, no valor máximo de 5% do preço contratual, de acordo com o artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.

c) Em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do contrato imputável ao prestador de serviços, a entidade adjudicante, pode exigir uma pena pecuniária de 9% do preço contratual.

2. O valor acumulado das sanções a que se refere o número anterior, não pode exceder 20% do preço contratual.

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

3. Nos casos em que seja atingido o limite fixado no número anterior, e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite é elevado para 30% do preço contratual.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5. Para aplicação das sanções pecuniárias, o Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira, deve alertar o prestador de serviços que existe uma situação de incumprimento, quer sob a forma de mora, quer sob a forma de cumprimento defeituoso ou não cumprimento.

6. No caso de cumprimento defeituoso a entidade adjudicante deve exigir ao prestador de serviços que, no prazo de 10 dias úteis, os defeitos sejam eliminados e a execução do contrato seja exata e pontualmente cumprida.

7. Os atos de aplicação de multas pela entidade adjudicante são definitivos e executórios.

8. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias aplicadas nos termos da presente Cláusula.

9. O valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

10. As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.^a

Força maior

1. Na fase de execução do contrato não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

Cláusula 14.^a

Fiscalização e controlo da execução do serviço

1. O cocontratante deve designar um gestor do contrato que tem como função controlar a qualidade, eficácia e eficiência das obrigações a que fica adstrito por força da celebração do contrato.

2. Nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o contraente público deve designar um gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. O gestor do contrato é a subgerente encarregue da parte de operações da LCM.

3. O gestor do contrato designado pelo GGLC tem a seu cargo as seguintes obrigações:

a) Acompanhar permanentemente a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações emergentes do mesmo, designadamente,

i) Verificar se a execução dos serviços de vigilância e segurança são levados a cabo de forma eficiente;

ii) Verificar se as máquinas e equipamentos utilizados são os adequados e indicados na proposta;

iii) Verificar se o número de trabalhadores efectivamente ao serviço é o constante do mapa de pessoal;

iv) Verificar se estão a realizar dentro da contratualização o transporte de documentos;

v) Se são feitas as acções de apoio e assistência aos equipamentos da Loja.

b) Assegurar o cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente a entrega dos documentos identificados no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto:

i) Última declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido num dos quatro anos anteriores atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato);

ii) Última declaração de rendimentos e retenções residentes (modelo 10 e DMR);

iii) Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);

iv) Anexo R do IVA.

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

Cláusula 15.^a

Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deve constar de documento escrito assinado por ambas as partes e produz efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. Quando devidamente fundamentado, o contrato pode ser modificado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
3. O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:
 - a) Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;
 - b) Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação das prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato ou aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.
5. Salvo quando a natureza duradoura do vínculo contratual e o decurso do tempo o justifiquem, a modificação só é permitida quando seja objetivamente demonstrável que a ordenação das propostas avaliadas no procedimento de formação do contrato não seria alterada se o caderno de encargos tivesse contemplado essa modificação.

Cláusula 16.^a

Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, o Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira pode resolver o contrato com base nos artigos 325.º, 334.º e 335.º do CCP, e/ou

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

ainda a título sancionatório, caso o prestador de serviços viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações a que está adstrito, conforme previsto no artigo 333.º daquele diploma.

2. Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao prestador de serviços, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e aplicação de sanção, este continue a incorrer em incumprimento.

Cláusula 17.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações previstas no artigo 332.º do CCP, designadamente:

a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, quando a resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do prestador de serviços ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença;

b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;

c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;

d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

e) Incumprimento pela entidade adjudicante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2. No caso plasmado na alínea c) do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a sua receção, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

3. Nos restantes casos previstos na lei, o direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

Cláusula 18.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.^a

Contagem dos prazos

Os prazos durante a execução do contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.^a

Comunicações e notificações

1. Na fase de formação de contrato todas as comunicações entre a entidade adjudicante e os operadores económicos, interessados, concorrentes e adjudicatário são efetuadas por através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, disponível em www.acingov.pt.

2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações entre o contraente público e o prestador de serviços são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato, por correio eletrónico ou fax.

3. Qualquer alteração das informações de contacto do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.^a

Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente caderno de encargos devem aplicar-se as normas do Código dos Contratos Públicos, aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro,

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos nas suas atuais redações e demais legislação avulsa.

PARTE II

Cláusulas Técnicas Especiais

Cláusula 22.^a

Âmbito do concurso e serviço a prestar

1. O presente concurso destina-se à “Aquisição de serviços de vigilância e segurança para a Loja do Cidadão da Madeira”, constituída por um piso único, sita à Avenida Arriaga, n.º 42 – A, 9000 – 064 Funchal, cujo serviço a prestar corresponde ao grupo 74.6, à classe 74.60, à categoria 74.60.1, e subcategorias 74.60.14 e 74.60.15, com a designação respectivamente de “serviços de transporte de valores” e “serviços de protecção e vigilância”, a que se refere o Regulamento (C.E.E.) n.º 3696/93, do Conselho de 29 de outubro, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L342, de 31 de Dezembro de 1993, alterado pelos Regulamentos (CE) 1232/98, da Comissão de 22 de Junho e n.º 204/2002, de 19 de Dezembro de 2001.

2. Na execução dos serviços devem ser utilizadas viaturas, máquinas, equipamentos e técnicas apropriadas, assim como pessoal devidamente habilitado.

Cláusula 23.^a

Periodicidade, horário e pessoal para a execução dos serviços

1. A vigilância e segurança da Loja do Cidadão deve ser assegurada todos os dias uteis até às 21h e sábados até às 15h30, sendo que, no último sábado de cada mês, o horário referido é acrescido em 2 horas.

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

2. O serviço deve ser assegurado por profissionais devidamente uniformizados, instruídos e treinados na execução das tarefas inerentes à vigilância e segurança.

3. No final de cada dia deve ser elaborado um relatório do serviço efetuado que é apresentado diariamente ao contraente público, nos termos do ponto 24.1 e 24.2, devendo o mesmo constar do relatório mensal que acompanha a factura relativa a esse mês, nos termos do ponto 7.

4. A prestação de serviços, objeto do presente contrato, será assegurada por um posto fixo constituído por um profissional, o qual permanece na entrada principal da Loja do Cidadão da Madeira de segunda a sexta-feira das 08h00m às 21h00m e aos sábados das 08h00m às 15h30m e por um posto móvel também constituído por um profissional que presta funções de segunda a sexta-feira das 08h30m às 19h30m e aos sábados das 08h30m às 13h30m.

5. No período noturno são efetuadas rondas todas as noites do ano, de forma aleatória, no período compreendido entre as 21h00 e as 08h00.

6. A carga horária dos vigilantes deve respeitar o contrato Colectivo de Trabalho estabelecido entre a associação das Empresas de Vigilância e os Sindicatos do setor.

Cláusula 24.^a

Especificação da prestação de serviços

24.1. Posto fixo

Os serviços inerentes ao posto fixo, operado no período diurno, é operado por um vigilante, que procede:

- vigilância e segurança de bens móveis e imóveis,
- assegurar a abertura e encerramento das instalações,
- controlo de entrada, presença e saída de pessoas,
- acompanhamento e operação de monitorização dos sistemas ativos de segurança no centro de controlo,

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

- prevenção de mau funcionamento de equipamentos e sistemas de apoio, tais como AVAC, abastecimento de água e energia elétrica,

- verificar se as portas e janelas se encontram em condições de garantir a segurança dos bens;
- guarda e controlo de chaves;
- gestão de perdidos e achados;
- intervir em situações anormais, nomeadamente, prevenção de entrada de armas, substâncias e artigos de uso e porte proibidos ou susceptíveis de provocar atos de violência no interior da Loja, em situações de defesa da integridade física dos utentes e funcionários da Loja do Cidadão, situações de incêndio ou situações de ameaça de bomba em que pode ser requerida a evacuação total do edifício;
- elaboração de um relatório diário das ocorrências verificadas ou detetadas;
- outras atividades no âmbito da prestação de serviços de segurança e vigilância;
- outras atividades no âmbito do serviço de portaria e atendimento telefónico.

24.2. Posto móvel

Os serviços inerentes ao posto móvel são operados por um vigilante, no interior das instalações da Loja do Cidadão, que procede à vigilância local (locais de acesso público) com os seguintes fins além dos previstos na lei:

- assegurar a abertura e encerramento das instalações;
- garantir a segurança e proteção de pessoas e bens;
- desenvolver rondas permanentes no interior das instalações;
- assegurar o encaminhamento dos utentes às áreas de acesso público ou outras áreas desde que devidamente autorizadas;
- facultar apoio no atendimento geral ao utente/cliente;
- inspecionar frequentemente os locais propícios à dissimulação de pessoas;
- verificar se as portas e janelas se encontram em condições de garantir a segurança dos bens;
- controlo do ponto de limpeza;
- prevenção de mau funcionamento de equipamentos e sistemas de apoio, tais como AVAC, abastecimento de água e energia elétrica;

Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

- intervir em situações anormais, nomeadamente em situações de defesa da integridade física dos utentes e funcionários da Loja do Cidadão, situações de incêndio, sabotagem, vandalismo, roubo, inundações ou situações de ameaça de bomba em que pode ser requerida a evacuação total do edifício;

- elaboração de um relatório diário das ocorrências verificadas ou detetadas;
- substituição dos rolos térmicos dos dispensadores de senhas;
- outras atividades no âmbito da prestação de serviços de segurança e vigilância.

24.3. Transporte de documentos

O adjudicatário deve garantir, no mínimo, o transporte diário, com exceção de domingos e feriados, de documentos entre a Loja do Cidadão do Funchal e o Posto de Atendimento ao Cidadão do Porto Santo, da Direção Regional da Administração Pública do Porto Santo, por via aérea ou marítima, e, no máximo, entre a Loja do Cidadão da Madeira e outros Postos de Atendimento ao Cidadão ou Postos de Informação ao Cidadão que venham a ser criados na Ilha da Madeira..